

BELO HORIZONTE – MG, 23 DE JUNHO DE 2022.

Exmo. Senhor  
Vereador Inaldo da Silva Barbosa  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
**CHAPADA GAÚCHA – MG**

**REF. CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL EXERCÍCIO FINANCEIRO 2020 (PROCESSO 1.104.302)**

Trata o presente de resposta à solicitação feita pelo DD. Presidente da Câmara Municipal de Chapada Gaúcha, nos seguintes termos:

- a) Análise do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sobre às Contas do Executivo Municipal de Chapada Gaúcha/MG referente ao Exercício Financeiro de 2020.

**1. DA LEGISLAÇÃO**

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§2º **O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.** (GRIFO NOSSO)

§3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

**LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 102, DE 2008 (LEI ORGÂNICA DO TCEMG)**

Art. 45. A emissão do parecer prévio poderá ser:

I – **pela aprovação das contas**, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais; (GRIFO NOSSO)

II – **pela aprovação das contas, com ressalva**, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais recomendações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal; (GRIFO NOSSO)

III – **pela rejeição das contas**, quando caracterizados atos de gestão em desconformidade com as normas constitucionais e legais. (GRIFO NOSSO)

## 2. DA RESPOSTA

Cuida a referida Intimação, do Parecer Prévio emitido pelo Eg. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sobre a Prestação de Contas Municipal de Chapada Gaúcha/MG, relativas ao exercício de 2020, conforme Processo 1.104.302.

Não sendo encontradas irregularidades nas contas de 2020 apresentadas, **o Colendo Conselho de Contas, por unanimidade, votou pela emissão de Parecer Prévio pela Aprovação das Contas em tela, sendo este também os pareceres da Unidade Técnica e do Ministério Público Junto ao TCE,** conforme previsto no inciso I do art. 45 de sua Lei Orgânica – LC 102/08 *in verbis*:

**Art. 45.** A emissão do parecer prévio poderá ser:

I - **pela aprovação das contas**, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais; (GRIFO NOSSO)

II – [...]

O Relator justificou o seu entendimento no seguinte sentido:

Diante do exposto, **proponho a emissão de parecer prévio pela aprovação das contas do gestor responsável pela Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, no exercício de 2020, Sr. Jair Montagner,** nos termos do art. 45, inciso I, da Lei Complementar n. 102/2008, e do art. 240, inciso I, da Resolução TCEMG n. 12/2008. (GRIFO NOSSO)

### **O TCE/MG apenas fez as seguintes recomendações:**

a) Recomendar ao Prefeito Municipal que:

- observe a Consulta TCEMG n. 932477 e a Portaria do Ministério da Saúde n. 3.992/2017, a fim de evitar a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes incompatíveis”;
- planeje adequadamente a gestão municipal, objetivando o cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, referente à universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos e à ampliação da oferta de educação infantil em creches, tendo em vista o estabelecido na Lei Federal n. 13.005/2014;
- envide esforços para o aprimoramento das dimensões que obtiveram nota C no IEGM, isto é, Educação e Planejamento;

b) Recomendar ao Órgão de Controle Interno que acompanhe a gestão municipal, conforme dispõe o art. 74 da Constituição da República, alertando-o de que, ao tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, deverá dar ciência a este Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária;



Diante do exposto, cabe à Câmara Municipal, no prazo e forma legal previstos (**data limite: 120 dias**), proceder ao julgamento das contas, podendo, para isso, seguir o Parecer Prévio do TCE-MG, ou seja, **aprovar as contas referente ao exercício financeiro de 2020 (PROCESSO 1.104.302)**.

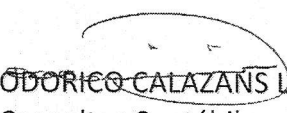
Lembramos que qualquer mudança no Parecer do Tribunal de Contas, como por exemplo, **aprovar as contas do exercício de 2020 com ressalvas ou rejeitá-las**, somente poderá ser feita por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, ou seja, 06 (seis) votos, conforme previsto no §2º, do art. 31 da CF.


**Se houver tendência do Legislativo ou algum fato que possa mudar o parecer prévio do TCE/MG, deverá ser garantido ao gestor responsável, pelas contas de 2020, o devido processo legal, assegurando assim o direito ao contraditório e a ampla defesa.**

Por fim, o TCEMG poderá apreciar atos do mesmo exercício *“em virtude de representação, denúncia de irregularidades ou da própria ação fiscalizadora deste Tribunal, seja sob a ótica financeira, patrimonial, orçamentária, contábil ou operacional, com enfoque no exame da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, tendo em vista as competências das Cortes de Contas.”*.

Este é o nosso entendimento, *ita dico et scribo*.

Atenciosamente,

  
ODORICO CALAZANS LAVARINI  
Consultor Contábil  
CRC/MG 55.145

  
JOSÉ EMÍLIO DE MOURA  
Consultor Jurídico  
OAB/MG 128.913